

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações do Valor Adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Srs. Acionistas e Conselheiros da
COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Itaúna – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2017, prejuízos acumulados de R\$116.048 mil, prejuízo do exercício de R\$ 102 mil, e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 27.412 mil. Portanto, a reversão desta situação de prejuízos acumulados e a readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia dependem do sucesso das ações do plano de recuperação judicial, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas envolvidas e nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de março de 2018

SOLTZ, MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes
CRCMG Nº 2.684/O



José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG 19.932/O-9

COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.117	9
Contas a receber - clientes		884	-
Estoques – imóveis à venda	6	1.117	2.597
Impostos a recuperar	7	382	1.031
Adiantamentos e outros		66	309
		<u>7.566</u>	<u>3.946</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	7	3.687	3.852
Depósitos judiciais		60	69
Investimento - SICCOB		70	2
Imobilizado	8	17.735	18.783
		<u>21.552</u>	<u>22.706</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>29.118</u>	<u>26.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e tributárias	9	286	1.056
Credores diversos	10	1.191	9.805
Empréstimos	11	14.445	12.450
Parcelamentos – REFIS	12	19.056	19.802
		<u>34.978</u>	<u>43.113</u>
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	13	26.643	20.996
Parcelamentos - REFIS	12	47.870	43.628
Provisão para contingências	14	13.773	12.959
		<u>88.286</u>	<u>77.583</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>123.264</u>	<u>120.696</u>
PATRIMONIO LIQUIDO			
Capital social	15	19.766	19.766
Reserva de capital		64	64
Reserva de reavaliação		2.072	3.551
Prejuízos acumulados		(116.048)	(117.425)
		<u>(94.146)</u>	<u>(94.044)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>29.118</u>	<u>26.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação -R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	16	11.969	10.650
Custo dos serviços prestados	17	<u>(4.620)</u>	<u>(3.319)</u>
LUCRO BRUTO		7.349	7.331
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(3.080)	(1.787)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	<u>182</u>	<u>878</u>
		<u>(2.898)</u>	<u>(909)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.451	6.422
Resultado financeiro, líquido	19	<u>(4.218)</u>	<u>(8.180)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		233	(1.758)
Imposto de Renda		(209)	(213)
Contribuição Social		<u>(126)</u>	<u>(128)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(102)</u>	<u>(2.099)</u>
Prejuízo por ação – em R\$ por lote de 1.000 ações		(0,01112)	(0,2303)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Prejuízo do exercício	(102)	(2.099)
Realização reserva de reavaliação	1.479	1.642
Resultado abrangente do exercício	<u>1.377</u>	<u>(457)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	19.766	64	5.193	(116.968)	(91.945)
Realização da reserva			1.575		-
Prejuízo do exercício			(2.099)		(2.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	19.766	64	3.551	(117.425)	(94.044)
Realização da reserva			1.479		-
Prejuízo do exercício			(102)		(102)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.766	64	2.072	(116.048)	(94.146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(102)	(2.099)
Ajustes:		
Depreciação	1.866	1.899
Baixa de estoques por deteriorização	1.117	-
Provisão para riscos fiscais	813	-
Resultado da alienação de ativo imobilizado	(115)	(472)
Juros e variação monetária	4.405	4.068
	<u>7.984</u>	<u>3.396</u>
(Aumento) redução de estoques	363	(724)
Aumento de contas a receber de clientes	(884)	-
(Aumento) redução de impostos a recuperar	814	-
(Aumento) redução de adiantamentos e outros ativos	252	(87)
Aumento (redução) de obrigações sociais e tributárias	(770)	672
Aumento (redução) de credores diversos	(8.614)	(65)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(8.839)</u>	<u>(204)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(855)</u>	<u>3.192</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(846)	(53)
Valor recebido pela alienação de ativos	119	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(727)</u>	<u>(53)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos	4.371	491
Ingresso de empréstimos com partes relacionadas	4.400	(373)
Pagamento de partes relacionadas	(1.335)	(459)
Pagamento de parcelamento - REFIS	(746)	(2.845)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>6.690</u>	<u>(3.186)</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.108</u>	<u>(47)</u>
Disponibilidades no início do exercício	9	56
Disponibilidades no final do exercício	5.117	9
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.108</u>	<u>(47)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas		
Receita de aluguel e venda de energia	12.206	11.409
Venda de bens do ativo permanente	115	-
Outras receitas	350	443
Total	<u>12.671</u>	<u>11.852</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui impostos)		
Impostos incidentes sobre as receitas	587	759
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.133	1.219
Total	<u>3.720</u>	<u>1.978</u>
Valor adicionado bruto	8.951	9.874
Depreciação	1.881	1.899
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	7.070	7.975
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	330	1
Outras	67	455
Valor adicionado total a distribuir	<u>7.467</u>	<u>8.431</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	1.815	1.437
Impostos, taxas e contribuições	612	394
	<u>2.427</u>	<u>1.831</u>
Remuneração de capital de terceiros		
Serviços contratados	594	518
Juros e variação monetária	4.548	8.181
	<u>5.142</u>	<u>8.699</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(102)	(2.099)
Valor adicionado distribuído	<u>7.467</u>	<u>8.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-60, nestas notas explicativas, também designada como Companhia Industrial Itaunense, Itaunense ou apenas Companhia, é uma Sociedade genuinamente mineira, fundada em maio de 1911, tendo, como objeto social inicial, a industrialização têxtil. Em maio de 1963, a Companhia criou um departamento siderúrgico, ampliando sua atuação para a área de siderurgia.

A Companhia durante muito tempo foi reconhecida por sua eficiência e qualidade, exercendo relevante papel nesse contexto, sendo essencial, não só como um polo gerador de empregos diretos e indiretos, mas também, pela sua efetiva participação no mercado mineiro e na geração de tributos, chegando a ter em seus quadros funcionais mais de 2.000 (dois mil) funcionários, o que por si só traduzem a sua importância para a comunidade local. Entretanto, a conjuntura econômica do País, no final dos anos 80 e início dos anos 90, em especial, os sucessivos e desastrosos planos econômicos anteriores ao plano real, as elevadas taxas de juros praticadas por instituições financeiras, a alta inflacionária, além da abertura comercial às operações de importação, contribuíram para o agravamento da situação econômico-financeira da Companhia, com a redução de suas linhas de crédito e a consequente falta de liquidez para pagamento de fornecedores, empregados e prestadores de serviços. Assim, compromissos deixaram de ser honrados.

Em função dos riscos de perdas patrimoniais ainda maiores, a Companhia arrendou grande parte de suas unidades produtivas e, em 20 de dezembro de 1999, impetrou um pedido de autofalência, com o prosseguimento de suas atividades em regime especial, mediante a manutenção dos contratos de arrendamento firmados. Desse modo, a Companhia vislumbrou à época uma possibilidade de reação e o seu soerguimento, o que infelizmente, não ocorreu na ocasião e, em 29/12/1999, foi decretada a falência da Sociedade. Ao longo de sua falência conseguiu pagar a totalidade dos seus créditos trabalhistas e através de leilões realizados e das receitas de arrendamento, acumulou reserva de valores que foram importantes para a Recuperação da Companhia.

O processo de recuperação judicial foi aliado à preservação e manutenção de importante acervo patrimonial da Companhia Industrial Itaunense. O objetivo principal do Plano de Recuperação Judicial era conciliar e viabilizar a continuidade das atividades da empresa e, conseqüentemente, os



pagamentos das suas dívidas, que de resto tem seus efeitos positivos e a todos interessa.

Dos processos judiciais de falência e recuperação judicial

A Companhia Industrial Itaunense requereu sua autofalência em dezembro de 1999, conforme sentença de decretação de falência decorrente dos autos 0338.99.003226-4 que tramitaram perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Itaúna, entre 29 de dezembro de 1999 e 28 de fevereiro de 2013 a empresa esteve FALIDA. A falência foi suspensa em 06 de fevereiro de 2013, conforme decisão de lavra da MM. Juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaúna/MG. Em 02 de abril de 2012 foi deferido, nos autos 0338.12.003352-1 que tramitaram também perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Itaúna/MG, o processamento da recuperação judicial.

Em razão de recursos diversos, apenas em 01 de março de 2013 a Companhia passou a ser administrada pela nova diretoria, e não mais pelo Síndico da Massa Falida.

O plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado por Assembleia Geral de Credores em 08 de abril de 2013. Em 18 de março de 2014 o processo de falência foi sentenciado e extinto, em razão do deferimento do processo de recuperação judicial. Houve interposição de recurso por parte de um único credor. O acórdão em apelação manteve a extinção da falência. Novo recurso foi interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça. Assim, não obstante sentença e acórdão de apelação, ainda não houve o trânsito em julgado da decisão que extinguiu a falência. Mas também não há efeito suspensivo em relação à apelação.

Em relação ao processo de recuperação judicial, o plano foi considerado cumprido e extinto, por sentença, em 18 de setembro de 2015. Dois recursos de apelação foram interpostos junto ao TJMG. Em relação a um deles, CEMIG, houve acordo e renúncia ao recurso. Permanece contudo, em relação ao Banco do Nordeste do Brasil, e como a apelação confere efeito suspensivo à decisão de primeira instância, formalmente a Companhia ainda se encontra em Recuperação Judicial.

Diante da situação especialíssima da Companhia, que era uma massa falida e transformou-se em sociedade em recuperação judicial, todos os atos realizados desde 1999 foram comunicados nos autos dos processos que tramitaram perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Itaúna. Assim o Ministério Público se manifestava e então o MM. Juiz competente determinava o que se fazer. Durante todo o período de recuperação judicial as contas mensais eram prestadas nos autos, para ciência e avaliação do Ministério Público e de terceiros interessados, sendo após analisadas e julgadas pelo MM. Juiz.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia trabalharam arduamente nos últimos anos para sanear financeiramente a Companhia,



quitando dívidas com mais de 180 (cento e oitenta) credores listados no plano de recuperação judicial, conseguindo obter certidão negativa municipal e estadual e certidão positiva com efeito negativa federal.

Suspensão do registro da Companhia junto à CVM

Através do ofício 316/2016 – CVM/SEP, conforme artigo 52 da Instrução CVM nº 480/2009, em 05 de julho de 2016 foi suspenso o registro de companhia aberta da Companhia Industrial Itaunense - em recuperação judicial. A suspensão do registro ocorreu após reunião da Companhia junto à CVM, no dia 04 de julho de 2016, para que pudessem ser efetuados os ajustes necessários, sendo que desde 1999 nem todos os documentos obrigatórios haviam sido disponibilizados à Comissão (apesar de constarem dos processos de falência e recuperação judicial). Requereu-se então auditoria externa desde a extinção dos autos de falência (ocorrido em março/2014) para fins de fechamento de capital e reversão da suspensão do registro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei nº 12.973/14, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 16 de março de 2018.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão

apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é como segue:

Caixa e equivalentes de caixa: Estão representados por contas bancárias disponíveis. As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, deduzidas de provisão para créditos de difícil liquidação, quando necessário, e decorrem de prestações de serviços de aluguel.

Estoques: Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor realizável líquido, obsolescência e baixa movimentação, quando necessário.

Imobilizado: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

Bens	Vida útil
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela administração da Companhia, pelo menos ao final de cada exercício.



Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

Instrumentos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente ao resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, conforme a situação. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação

da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado.

- Instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são, posteriormente, remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de proteção à exposição cambial.

Provisões para riscos: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores envolvidos de maneira confiável e cuja expectativa de desembolso seja considerada provável.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e se somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados e da administração da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 14.

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido", sendo que, o imposto de renda foi calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras não foram efetuadas, haja vista, a permissão de reconhecimento futuro, conforme consta do parágrafo 9

inciso 11 do artigo 55 da Lei nº 1022/2010 (no caso de pessoa jurídica tributada com base do lucro presumido ou arbitrado).

Demais ativos e passivos: Os ativos estão demonstrados pelos valores líquidos de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até o encerramento do exercício. Os passivos registrados estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos em base "pró-rata" dia.

Apuração da receita: As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no montante da utilização dos serviços. As receitas são mensuradas pelo valor justo das contrapartidas recebidas ou a receber, líquidas de descontos e impostos. A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Arrendamento: Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

As contas a receber de arrendatários, referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Sociedade em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do *leasing* operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Resultado por ação: É determinado com base no número médio ponderado de ações durante o exercício social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações em circulação.



Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2017

As normas e alterações que se aplicam pela primeira vez em 2017 não trouxeram efeitos às demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017

Os pronunciamentos contábeis “CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros”, “CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes” e “CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Operações de arrendamento mercantil” foram publicados, mas ainda não têm adoção obrigatória, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para a contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia está avaliando o impacto do CPC 48 e planejam adotá-lo na data de entrada em vigor.

No que tange ao CPC 47, a Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor. A Companhia continua avaliando os impactos da aplicação do CPC 47, porém não são esperados impactos significativos pela sua adoção.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, porém ainda não é possível mensurá-lo uma vez que ainda são necessárias análises mais detalhadas.

As alterações nas normas internacionais, “IAS 7 (CPC 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa” e “IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro”, foram divulgadas pelo IASB, porém ainda não referendadas pelo CPC, portanto não existe a possibilidade de adoção antecipada pela Companhia, uma vez que a mesma somente é permitida para as demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está analisando os impactos das alterações nos referidos pronunciamentos contábeis para aplicação imediata após a divulgação pelo CPC.

A Companhia não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras advindos de outros pronunciamentos emitidos ou alterados e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017.



4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que elas são revistas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- **Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia ao fim de cada exercício se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e o montante é reconhecido imediatamente no resultado. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.
- **Depreciação do ativo imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada pelo método de quotas constantes. A administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem substancialmente a vida útil econômica dos bens.
- **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. A nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são

adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

- Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.
- Provisão para causas cíveis ou trabalhistas: A Companhia reconhece essas provisões, quando a probabilidade de perda destas é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo registrado refere-se a recursos de liquidez imediata com baixo risco de perda de valor quando da sua realização. A composição é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa	38	-
Bancos conta movimento	911	7
Aplicações financeiras	4.168	2
	<u>5.117</u>	<u>9</u>

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), com remuneração à taxa próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

6. ESTOQUES - IMÓVEIS À VENDA

Referem-se a bens da Companhia colocados à venda, em função da reestruturação que está sendo promovida, em atendimento ao processo de recuperação judicial.

A administração da Companhia não considera necessário a constituição de provisão para ajustar os valores dos bens colocados à venda a um valor de mercado.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os impostos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas na realização, e assim se apresentam:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
PIS	35	35
COFINS (FINSOCIAL)	1.051	1.052
Precatório PIS/COFINS (a)	2.765	2.765
IRRF a Compensar	218	1.031
	<u>4.069</u>	<u>4.883</u>
Circulante	382	1.031
Não circulante	3.687	3.852

- a) Refere-se a precatório a ser recebido do Governo Federal, em função de ganho de causa da Companhia no processo em que se discutia o recolhimento indevido de PIS (1999.38.00.019213-3). A administração da Companhia está pleiteando a compensação desse precatório em processos administrativos (15375.00.1224/2010-38) junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A administração considerou prudente manter o registro pelo seu valor original, sem reconhecimento de variação monetária.

A realização dos créditos tributários de curto prazo se dará principalmente com a compensação dos impostos retidos de folha de pagamento, Impostos incidentes sobre a prestação de serviços e Impostos sobre Operações Financeiras (IOF).



8. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado para os exercícios é como segue:

	<u>Saldo em 01.01.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.2016</u>
Terrenos	15.310	-	-	-	15.310
Edificações	4.347	-	-	(1.790)	2.557
Máquinas e Equipamentos	221	522	-	(38)	705
Móveis e Utensílios	36	3	-	(9)	30
Veículos	245	-	-	(62)	183
Total	20.159	525	-	(1.899)	18.785

	<u>Saldo em 01.01.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.2017</u>
Terrenos	15.310	-	-	-	15.310
Edificações	2.557	-	-	(1.639)	918
Máquinas e Equipamentos	705	374	(54)	(46)	979
Móveis e Utensílios	30	4	-	(10)	24
Veículos	183	468	(13)	(171)	467
Total	18.785	846	(67)	(1.866)	17.698

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía imobilizado dado em garantia relativamente a provisões para riscos e empréstimos e financiamentos.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Obrigações sociais	72	384
Obrigações tributárias	122	560
Provisões trabalhistas	92	112
	286	1.056

10. CREDORES DIVERSOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fornecedores nacionais	420	446
Fornecedores no exterior(b)	359	359
Cemig – Cia. Energética MG (a)	-	8.595
Crédito de clientes (b)	379	379
Outros	33	26
	<u>1.191</u>	<u>9.805</u>

- a) Após um grande período de negociação, a Companhia e a CEMIG chegaram em um acordo, onde a Companhia desembolsou o montante de R\$ 5.000 mil e deixou de cobrar um precatório, no valor total de R\$ 1.490 mil, com isso a Companhia reconheceu uma receita extraordinária no montante de R\$ 3.380 mil, líquida das custas judiciais associadas a essa negociação. Essa receita foi registrada no Grupo de Outras Receitas Operacionais.
- b) Representam o saldo remanescente a pagar, relativos a credores quirografários diversos. O plano de recuperação judicial contemplava mais de 160 credores, sendo que parte deles receberam seus créditos logo após a aprovação do plano.

11. EMPRÉSTIMOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Banco do Nordeste S/A (a)	10.441	10.373
Banco HSBC S/A (a)	992	983
Sicoob Centro Oeste e Crediuna Ltda. (b)	3.008	637
Outros (b)	4	457
	<u>14.445</u>	<u>12.450</u>

- (a) Em função do pedido de Recuperação Judicial, a maioria dos contratos de empréstimos foram renegociados e, por serem classificados como quirografários, estão atualizados somente pela Taxa Referencial – TR, conforme definido e aprovado no Plano de Recuperação Judicial.
- (b) Financiamentos vencíveis, no máximo em 24 meses, incidindo encargos que variam de 2,39% a 6,04% ao mês, mais TR/TJLP, sendo garantidos por aval de diretores.

Cláusulas restritivas

A Companhia acompanha mensalmente e vem atendendo às cláusulas restritivas estabelecidas pelos contratos de empréstimos, das quais nenhuma está relacionada ao cumprimento de índices econômico-financeiros.

Garantias cedidas

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras estão garantidos por fianças bancárias e aval dos acionistas.

12. PARCELAMENTOS - REFIS

A Companhia optou pelo Refis, normatizado pela Lei nº. 11.941/09 e MP nº.470/09, para parcelamento de seus tributos e, se utilizando dos benefícios estabelecidos pela Lei nº. 12.865, de 09 de outubro de 2013, solicitou nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto à Receita Federal do Brasil. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Circulante	19.056	19.802
Não Circulante	26.643	43.628
	<u>45.699</u>	<u>63.430</u>

Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

A Companhia, em outubro de 2017, aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente convertida na Lei 13.496/17, como forma de redução da sua dívida, entretanto aguarda ainda uma posição da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sobre o pedido de adesão, ainda sob análise.

De forma conservadora, a Administração da Companhia optou em não reconhecer nenhum impacto sobre esse processo de adesão, para tanto, manteve os seus registros contábeis inalterados, em relação aos processos anteriores de parcelamento.



13. PARTES RELACIONADAS

Os valores referem-se a contas a pagar para partes relacionadas relativas ao contrato de novação de dívidas da Companhia, as quais foram assumidas pelos sócios apresentados abaixo:

Passivo

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Antonio Santos Salera	17.684	12.889
Tonny Salera Primeiro	1.902	1.844
Vitória Imóveis Ltda.	7.057	6.263
	<u>26.643</u>	<u>20.996</u>

Os valores devidos estão sendo atualizados com juros de 1% a.m. e estão sendo pagos pela Companhia à medida que ocorre sobra de caixa.

As transações envolvendo partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício referem-se aos contratos de novações de dívidas, assumidas pelas partes relacionadas, diretas e indiretas, os quais foram realizadas como forma de viabilização do plano de recuperação judicial.

Remuneração dos administradores

Os diretores são as pessoas chaves que tem autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados e salários) contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", no montante de R\$ 418 mil.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação, a administração constituiu provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável a perda.

O saldo de provisão para contingências em 31 de dezembro é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Contingência Cível	12.959	12.959
Outras Contingências	814	-
	<u>13.773</u>	<u>12.959</u>

- a) Refere-se a dívida existente a época da falência, junto a Instituição Financeira brasileira, que teria sido coberta por um grupo de seguradoras. Em função de todo o processo que a Companhia vem passando, a administração considerou prudente manter a provisão dessa dívida até que todos os recursos judiciais e discussões entre a Instituição Financeira e o Grupo de Seguradoras cessem.

A provisão para contingências e riscos em Ações Cíveis, classificados como perda possível, de acordo com avaliação dos consultores jurídicos da Companhia é de R\$ 12.959. A administração da Companhia optou por reconhecer os valores referentes a estas ações.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R\$ 20.933 mil (vinte milhões, novecentos e trinta e três mil reais), dividido em 9.116.000.000 (nove bilhões, cento e dezesseis milhões) de ações, sendo dividido em 4.158.000.000 (quatro bilhões, cento e cinquenta e oito milhões) de ações ordinárias e 4.958.000.000 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões) de ações preferenciais, todas escriturais, sem emissão de certificados e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2017 ainda existiam R\$ 1.167 mil de ações a serem realizadas.

b) Reserva de reavaliação

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia, decidiu pela manutenção do saldo de reavaliação dos ativos existentes em 31 de dezembro de 2017, sendo mantido até a sua efetiva realização.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação da receita bruta tributável e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita com aluguel (i)	11.286	9.595
Receita com comercialização de energia elétrica (ii)	920	1.814
Outras receitas	350	-
Total da receita bruta	12.556	11.409
Impostos sobre serviços	(587)	(759)
Total da receita operacional líquida	11.969	10.650

Receita de aluguel (i)

Refere-se ao contrato de arrendamento da Usina Siderúrgica de propriedade da Companhia para a ArcelorMittal Brasil. No contrato de arrendamento está assegurado uma renda mensal mínima de R\$ 650 mil, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM. O término final do contrato está previsto para 31 de agosto de 2020.

Venda de energia (ii)

A Companhia mantém contrato de fornecimento de energia elétrica exclusivo, para Companhia da região, onde ela se obriga a manter a energia elétrica gerada disponível em regime contínuo, durante 24 (vinte quatro) horas diárias, sempre observando as necessidades da contratante, a qual pagará mensalmente o valor de R\$ 195 mil, líquido de impostos sobre o MWh (Megawatt hora) de energia elétrica consumida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o valor faturado correspondeu a R\$ 894 mil. O presente contrato tem prazo de validade até 31 de dezembro de 2017.

17. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas com folha e provisões	1.815	1.437
Despesas com depreciação	1.881	1.898
Despesas com materiais de consumo	1.665	488
Despesas com prestação de serviços	492	518
Despesas com honorários e indenizações	873	357



Despesas com reforma e manutenção	484	97
Despesas com viagens	24	55
Outra despesas	466	256
Total despesas	7.700	5.106
Classificado como:		
Custo dos serviços prestados	4.620	3.319
Despesas gerais e administrativas	3.080	1.787
	7.700	5.106

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Venda de bens	115	443
Recuperação de despesa	69	455
Outros	(2)	(20)
	182	878

19. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita Financeira – Rendimento de aplicação financeira	330	1
Despesa Financeira		
Juros e multas	(637)	(464)
Despesa bancária	(6)	(24)
Juros sobre parcelamento	(2.577)	(4.402)
Variação monetária passiva	(1.328)	(3.291)
Total	(4.548)	(8.181)
Resultado Financeiro Líquido	(4.218)	(8.180)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa, que resultam diretamente dos recebimentos de aluguel e da venda de energia elétrica. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, empréstimos financeiros, fornecedores, impostos a pagar, partes relacionadas e obrigações trabalhistas, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas respectivas notas explicativas. Durante o exercício de 2017 a Companhia não realizou operações com derivativos ou qualquer outro ativo de caráter especulativo.

Garantias

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2017.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade final de ações ordinárias e preferenciais nos exercícios, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro ou prejuízo básico e diluído são iguais, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Resultado básico e diluído por ação	(0,0001)	(0,0002)
Prejuízo do exercício	(102)	(2.099)
Quantidade final de ações	9.116.000.000	9.116.000.000
Prejuízo por ação e diluído (em reais)	<u>0,0001</u>	<u>(0,0002)</u>

22. COBERTURA DE SEGUROS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a administração da Companhia optou por não efetuar contratação de nenhuma apólice de seguro. De acordo com as políticas e os negócios atualmente desenvolvidos pela

Companhia a administração concluiu não ser necessário a contratação de nenhum tipo de seguro.

Antonio Santos Salera
Presidente do Conselho de Administração

Décio Evangelista Damasceno de Oliveira
Diretor Superintendente

Célia Aparecida Fonseca Senra
Contadora CRCMG 69.992

